
Dossier Trabajo, conflictividad y resistencias

Política e poética discursiva dos catadores de materiais recicláveis: mecanismos de intervenção na arena social (Brasil)¹

Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos*

Universidade Federal de Campina Grande

thelfrs@yahoo.com.br

Recibido: 15.12.17

Aceptado: 13.04.18

Resumo: A intensificação das discussões sobre sustentabilidade, meio ambiente e gestão do lixo, juntamente ao surgimento da proposta da Economia Solidária, têm sido apontados como alguns fatores que contribuíram para ressignificar a atividade de catação de materiais recicláveis. Ao longo das últimas décadas, catadores e catadoras parecem sair de uma zona de *liminaridade*, à margem do reconhecimento das estruturas sociais, tornando-se atores centrais no processo de gestão dos resíduos sólidos. Observando a importância das performances discursivas para a ressignificação da atividade e para o fortalecimento deste grupo social, analisamos as performances de catadores de recicláveis do Brasil enquanto mecanismos de negociação do poder através da poética e da política do discurso. Para tal análise unimos as lentes da sociologia do trabalho à antropologia da performance.

¹ Agradeço ao professor Rodrigo Grünewald o incentivo ao desenvolvimento deste artigo e a leitura atenciosa.

* Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, Brasil.

Adotamos como metodología o estudo de caso, exploratório e qualitativo, utilizando como instrumentos de pesquisa a observação, incursões etnográficas e entrevista semiestruturada. Os dados analisados são frutos de uma pesquisa de mestrado concluída e de uma pesquisa de doutorado em andamento, havendo sido levantados de junho de 2015 a março de 2018. As observações revelam a forma como no discurso catadores se utilizam da poética para sensibilização com relação ao drama social vivenciado por eles e da política como forma de exigir da sociedade e de gestores públicos inclusão socioproductiva, financiamento para sua organização e apoio técnico.

Palavras-chave: Performance discursiva, Catadores de materiais recicláveis, Trabalho.

Resumen: La intensificación de las discusiones sobre sostenibilidad, medio ambiente y gestión de basura, juntamente al surgimiento de la propuesta de la Economía Solidaria, tiene sido apuntado como algunos factores que contribuirían para una nueva significación de la actividad de colecta de materiales reciclables. A lo largo de las últimas décadas, cantoneros y cantoneras parecen salir de una zona de *liminaridad*, en el margen del reconocimiento de las estructuras sociales, convirtiéndose en actores centrales en el proceso de gestión de los residuos sólidos. Observando la importancia de las actuaciones discursivas para la nueva significación de la actividad y para el fortalecimiento de este grupo social, analizamos las actuaciones de cantoneros en Brasil, como mecanismos de negociación del poder por medio de la poética y la política del discurso. De acuerdo con el análisis unimos las lentes de la sociología del trabajo a la antropología de la performance. La metodología adoptada fue el estudio de caso, exploratorio y cualitativo, los instrumentos de investigación incluyeron la observación, incursiones etnográficas y entrevista *semiestruturada*. Lo datos analizados son fruto de una investigación de maestría concluida y de una investigación de doctorado en curso, planteados de junio de 2015 a jueves de 2018. Las observaciones presentan la forma como los recuperadores utilizan la poética en el discurso para la sensibilización con respecto al drama social vivido por ellos, y de la política como modo de demandar de la sociedad inclusiones socio productiva, financiación y apoyo técnico.

Palabras clave: Performance discursiva, recuperadores de materiales reciclables, Trabajo.

Abstract: The intensification of discussions on sustainability, environment and waste management, along with the emergence of the Solidarity Economy proposal, have been pointed out as some factors that contributed to re-signify the activity of recycling recyclable materials. Over the last decades, waste pickers seem to leave a liminal area, aside from recognizing social structures, becoming central players in the solid waste management process. Noting the importance of discursive performances for the re-signification of the activity and for the strengthening of this social group, we analyzed the performances of recyclable waste pickers in Brazil as mechanisms for negotiating power through poetics and discourse politics. For this analysis we link the lens of the sociology of work with the anthropology of performance. We adopted a case study, exploratory and qualitative, using observational, ethnographic and semistructured interviews as instruments of research. The data analyzed are the result of a completed master's research and a doctoral research in progress, having been drawn from June 2015 to March 2018. The observations reveal how in the discourse collectors use poetics to raise awareness about social drama experienced by them and politics as a way of demanding from society and from public managers socio-productive inclusion, financing for their organization and technical support.

Keywords: Discursive performance, Waste pickers, Work.

Introdução

A atividade de catação de lixo não constitui uma novidade contemporânea, esta é há muito tempo um trabalho comum, uma estratégia de sobrevivência desenvolvida entre uma parcela socialmente e economicamente excluída do Brasil, dos países latino-americanos e de diversas partes do mundo (Rodríguez, 2005; Leite Lopes, 2006; Silva, Goes e Alvarez, 2013; Leite, Araújo e Lima, 2015; Brandão e Gutiérrez, 2016; Rosaldo, 2016). No entanto, esta atividade, que até alguns anos atrás raramente era enxergada como um trabalho e reconhecida socialmente, vem sendo ressignificada a partir do fortalecimento de discussões nacionais e internacionais sobre desenvolvimento sustentável, meio

ambiente e gestão do lixo (Leite Lopes, 2006; Brandão e Gutiérrez, 2016; Sant'ana e Metello, 2016; Magalhães, 2016).

O fortalecimento de tais debates, concomitantemente à emergência da Economia Solidária (ES)² como proposta de alternativa de geração de trabalho e renda, faz surgir a possibilidade de inserção social dos catadores de materiais recicláveis através de seu posicionamento na cadeia produtiva da indústria da reciclagem. A organização dos catadores em empreendimentos econômicos solidários (EES) – cooperativas ou associações autogestionárias – surge como uma proposta de solução a problemas sociais e ambientais, ao mesmo tempo em que gera trabalho e renda para os trabalhadores (Leite, 2012; Lima, 2015).

Quando se afirma que a ressignificação da atividade dos catadores de materiais recicláveis torna-se possível através do fortalecimento dos debates da questão ambiental e da Economia Solidária, indiretamente, está se afirmando que os discursos sobre estes temas influenciam o modo como a atividade de catação é vista, tanto pela sociedade, quanto pelo poder público, e ainda pelos próprios catadores. Neste estudo, partimos da hipótese de que as performances discursivas destes trabalhadores surgem como importante elemento de intervenção na arena social, capaz de modificar seu posicionamento na estrutura social.

4



Invisibilizados por décadas, os catadores parecem vivenciar a saída da *antiestrutura*, espaço de *liminaridade*, para a estrutura, através do convencimento de diversos públicos sobre a importância de sua atividade. Em outros termos, a forte exclusão social enfrentada pelos catadores pode ser encarada como um processo que os coloca à margem da sociedade, espaço onde não têm garantidos direitos fundamentais tampouco o reconhecimento enquanto cidadãos. O que não significa que estas pessoas estejam fora do sistema social. Os catadores desenvolvem uma atividade fundamental à cadeia da indústria da reciclagem, sendo extremamente necessários a essa indústria e aos demais setores que dela se alimentam. Entretanto, permaneceram invisíveis aos olhos da sociedade por muitas décadas, encontram dificuldades em garantir direitos mínimos e reconhecimento social até os dias presentes. Vivendo em lixões à céu aberto ou pelas ruas da cidade, muitos desses trabalhadores e suas famílias não têm acesso à saúde, educação, moradia e alimentação dignas ou mesmo a documentos

² A proposta da Economia Solidária recebe o nome de Economia de Solidariedade em alguns países da América Latina e o nome de Economia Social na Europa (Lima, 2007; Leite, Araújo e Lima, 2015).

peçoais. O próprio reconhecimento legal da atividade que desenvolvem só ocorreu no início do século XXI.

Desse modo, partimos da hipótese de que o processo de reconhecimento da atividade dos catadores passou pelo convencimento dos diversos públicos com os quais estes atores se relacionam, desde os gestores públicos até a própria sociedade. Entendemos que este convencimento só se torna possível através da transformação das performances discursivas desses atores, ou seja, a depender da maneira como esses trabalhadores mobilizam as discussões emergentes sobre meio ambiente, sustentabilidade, nova gestão de resíduos sólidos e trabalho cooperativo, juntamente a elementos de sua trajetória de vida, no intuito de convencer determinado público sobre a legitimidade de suas reivindicações. Ao analisar as performances dos catadores estamos buscando identificar mecanismos que contribuem para o processo de inclusão social e socioproductiva desses sujeitos. Em outros termos, estamos reconhecendo as performances discursivas como uma estratégia de luta desses trabalhadores.

Atualmente o campo da antropologia da performance tem se voltado a examinar criticamente os eventos performáticos como arenas reflexivas de recursos estilísticos heterogêneos, significados contextualizados e ideologias conflitantes. As performances passam a ser examinadas como eventos que surgem em momentos de crises, renovação e mudança frente um mundo pós-colonial e globalizado. Esses eventos são analisados como expressões e negociações de poder, enquanto questões referentes à reinvenção das tradições aparecem relacionadas à subjetividade, ao contexto, à práxis e à globalização (Langdon, 2007).

De acordo com Taylor (2013) performance, ativismo, ação, *acciones*, *liveart* são alguns dos termos usados por estudiosos, artistas e ativistas para classificar suas intervenções na arena social. As performances podem ser realizadas inconscientemente ou conscientemente, sendo no último caso formas que os atores encontram de intervir na arena social. Langdon (2007) esclarece que para Bauman e Briggs os estudos de poética e de performance fazem parte da perspectiva crítica da antropologia contemporânea, os conceitos relativos às práticas discursivas de grupos particulares remeteriam assim aos aspectos políticos das performances.

Pesquisadores de inúmeras áreas têm se dedicado a estudar os catadores sobre diversas abordagens, já havendo inclusive aqueles que associam a condição de exclusão vivenciada pelos catadores como pertencimento à liminaridade (Magalhães, 2016). No entanto, são poucos os estudos antropológicos ou

sociológicos centrados nas performances desse grupo enquanto práticas discursivas desenvolvidas como estratégias de negociação de poder. A maioria dos estudos relacionados aos catadores que utilizam o termo “performance” parecem mais inclinados a conhecer a performance ambiental ou econômica dos EES de catadores, relacionadas à gestão dos resíduos sólidos, como é o caso da dissertação de Pereira (2017) e da tese de Fidelis (2017). A compreensão de performance nesses estudos encontra-se atrelada ao sentido de desempenho e eficácia, comuns às linguagens da administração e das engenharias.

Observando a importância das performances para a resignificação da atividade de catação e para o fortalecimento dos catadores enquanto grupo social, este artigo tem por objetivo analisar as performances discursivas dos catadores de materiais recicláveis do Brasil enquanto mecanismos de negociação do poder através da poética e da política do discurso. Para atender tal objetivo buscamos conhecer a história desses atores; identificar as construções sociais por trás das performances desenvolvidas; comparar as performances desenvolvidas antes e após a entrada em EES, e; observar os significados e efeitos dessas performances tanto para os atores quanto para as plateias com as quais eles se relacionam.

A metodologia adotada pode ser classificada como estudo de caso, exploratória e qualitativa. Os instrumentos de pesquisa envolveram observação, incursões etnográficas e entrevista semiestruturada com roteiros diferenciados aplicados a 36 catadores (sendo 11 destes lideranças do movimento nacional), 4 representantes de entidades de apoio a catadores e 8 gestores públicos. Este artigo retoma dados de uma pesquisa de mestrado realizada de junho a outubro de 2015 (Santos, 2016), acrescidos de informações levantadas por uma pesquisa de doutorado em andamento, que teve início em abril de 2016 e continua em curso até o momento.

Foram realizadas visitas a cooperativas de quatro estados do Brasil (Paraíba, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro), entrevistas com catadores destes e de outros empreendimentos, inclusive de outros estados, bem como conversas informais com catadores individuais que atuam em lixões ou nas ruas. Participamos de eventos como o Curso de Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária em 2015, Encontro Estadual de Catadores e Catadoras da Paraíba em outubro de 2015, do Fórum de Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor em julho de 2016, e do Encontro Nacional Expo Catadores 2017. Também estamos acompanhando o Fórum de Economia Solidária da Paraíba, havendo participado de audiências públicas voltadas ao tema da gestão dos resíduos sólidos e de cursos de formação sobre temáticas diversas com o



público de catadores. Nestes espaços, foi possível observar as performances de catadores em diferentes níveis de engajamento com os temas da ES e da gestão dos resíduos sólidos, e as reações das plateias com as quais eles têm envolvimento.

Condições de vida dos catadores no Brasil: vivendo na antiestrutura

Vivendo em lixões, nas ruas ou em zonas periféricas, sobrevivendo da coleta e venda de recicláveis, muitas vezes do consumo de materiais e mesmo de comida encontrada no lixo, por décadas os catadores foram invisibilizados diante os olhos da sociedade que, quando raramente os enxergava, os via como animais, não-humanos, um incômodo, não se importando com suas condições de vida, negando-lhes o reconhecimento como trabalhadores e como cidadãos.

Os relatos da animalização dos catadores não são novidade, estão presentes em documentários, poesias, estudos de várias áreas do conhecimento e também nos relatos coletados nesta pesquisa.

“Porque minha mãe já trabalhava, aí a gente trabalhava nas ruas, coletando nas casas, abrindo sacola... E assim mesmo o povo tinha medo da gente, corria quando via a gente. Era... pensava que a gente era... uns bandido, né? Porque... botava lá, a sacolinha lá, quando o carro do lixo passava, quando via a gente pegava e corria, com medo. Aí a gente ainda dizia: ‘não a gente não é nenhum bicho, nem um bandido, nem nada não. A gente só somos catadores’” (Nádia³, 24 anos, catadora em uma associação de Campina Grande, PB – Entrevista realizada em 21/07/2015).

O estigma que recai sobre os catadores e catadoras de materiais recicláveis, pela própria natureza de sua atividade, tem sido foco de diversas análises que demonstram como estes sujeitos experimentam uma identidade deteriorada do estigmatizado, aquele que vive do lixo e com o lixo (Veronese e Cabral, 2016). O preconceito manifestado por algumas pessoas ou instâncias da sociedade em relação aos catadores são muitas vezes referentes à associação destes trabalhadores ao próprio lixo, na acepção de algo sujo, descartável, que incomoda (Magalhães, 2016). A existência de aspectos estigmatizantes contribuem para que o trabalho se afaste de sua condição dignificante (Figueiredo e Silveira, 2016).

³ Os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios para resguardar sua privacidade.

Analisando os dados do Censo, Silva, Goes e Alvarez (2013) indicam que a renda média dos catadores no Brasil era de R\$ 571,56 em 2010. Na época o salário mínimo era de R\$ 510,00. Assim, a renda média desses trabalhadores superava o valor do salário mínimo em 12%. Na região Sudeste foi encontrado o maior valor médio, R\$ 629,89. Entre as demais regiões, apenas o Nordeste apresentou uma renda média do trabalho abaixo do valor do salário mínimo, R\$ 459,34. Entretanto uma advertência feita pelos próprios autores é que, ao utilizar dados do Censo, esta pesquisa não alcançou os catadores sem domicílio fixo, ou seja, os que vivem em situação de rua e aqueles que moram nos lixões não constam nos dados. De acordo com o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) muitos catadores ainda vivem com uma remuneração inferior a um salário mínimo.

Além das condições socioeconômicas limitarem o acesso dos catadores e de suas famílias a direitos básicos como habitação, saúde, educação, alimentação e documentos pessoais, o estigma da própria atividade dificulta ainda mais a vida destes trabalhadores. Seu Paulo relatou que uma vez um novo morador de um condomínio onde ele fazia coleta chegou a chamar a polícia quando viu ele fazendo a seleção do material na calçada. Foi preciso a intervenção do porteiro e do síndico para que Seu Paulo não fosse preso. Outro relato ilustrativo foi o de Seu João, que mencionou que seu filho quis largar a escola porque os colegas começaram a chama-lo de “filho de urubu”, associando seu pai a um animal que se alimenta de lixo e carniça. Vários entrevistados narraram que é comum que as pessoas no trânsito gritem “vai trabalhar, vagabundo!” ou mesmo atirem alguma coisa de dentro do carro.

A dura realidade de vida dos catadores faz com que seja difundida a ideia de que eles encontram-se à margem da sociedade, ou seja, em uma condição de exclusão social. Magalhães (2016) traz as contribuições de Escorel sobre exclusão social para o debate sobre os catadores, através do qual explica que, no Brasil, a exclusão social pode ser caracterizada por “um processo de vulnerabilidade, fragilização e ruptura dos vínculos em várias dimensões na vida social” (Escorel, 2006 *apud* Magalhães, 2016, p. 145). Escorel amplia assim a aplicabilidade do termo para outras esferas além daquela relativa ao mundo do trabalho, considerando necessário que o conceito de exclusão social tenha referência no campo da pobreza e das desigualdades sociais em suas múltiplas dimensões. A partir desse debate, Magalhães (2016) ressalta que é de maneira antitética que catadores se encontrem historicamente excluídos do sistema econômico como consumidores e como trabalhadores formais ou que realizem serviços legitimados pela sociedade, ao mesmo tempo em que são responsáveis



pela transformação do lixo em mercadoria e, em certo sentido, pela criação desse mercado.

Corroborando Magalhães (2016), a análise proposta nesse artigo se distancia das teorias marginalistas focadas no trabalho. Desse modo, identificar que os catadores estão à margem sociedade significa perceber que por muito tempo estas pessoas não foram reconhecidas e aceitas pelas estruturas sociais, o que não significa que estejam fora do sistema social capitalista. Pelo contrário, a atividade que os catadores desenvolvem é fundamental à indústria da reciclagem e às demais indústrias que utilizam o material transformado como matéria prima, sendo importante também como atividade de limpeza pública. Assim, os catadores encontram-se em uma condição paradoxal, por um lado têm um papel central no manejo de resíduos sólidos e na cadeia da indústria da reciclagem, por outro lado têm o reconhecimento por sua atividade negado pela maior parte da sociedade. Veremos como o processo de conscientização desta situação paradoxal tem movido os catadores a lutarem por reconhecimento e direitos.

Propomos pensar o processo de exclusão social sofrido pelos catadores como uma relegação à *antiestrutura* social. Para Victor Turner a noção de *estrutura* corresponde à forma de organização social, ou seja, “como uma disposição mais ou menos característica de instituições especializadas mutuamente dependentes e a organização institucional de posições e de atores que elas implicam” (Turner, 1974 *apud* Silva, 2005, p. 37). A *antiestrutura* seria a dissolução normativa da estrutura social, com seus papéis, status, direitos e deveres. O momento da estrutura é sempre normativo, o da *antiestrutura* é o espaço da ruptura com a norma ou estar fora da estrutura. Turner (1974 e 1982) destaca ainda que a *antiestrutura* é parte constitutiva da estrutura, um local à margem da estrutura que, no entanto, faz parte dela. Assim a *antiestrutura* seria assim o espaço que se opõe à estrutura, está à margem da sociedade, por isso é liminar. *Liminaridade* é a condição de estar à margem da estrutura.

Pensar o processo histórico de exclusão social dos catadores como uma relegação à *antiestrutura* ou à liminaridade, significa buscar compreender de que maneira a sociedade nega a uma camada da população direitos e possibilidades de se inserirem na estrutura social. Sem acesso à moradia, educação, saúde, documentos e reconhecimento enquanto cidadãos, marcados ainda por um forte estigma, catadores e suas famílias encontram dificuldades de inserir-se na estrutura, o que restringe suas possibilidades de mobilidade social – se é que isso existe. Como os catadores encontram diversas barreiras que impossibilitam ou dificultam sua inserção no mercado formal de trabalho, muitas vezes a catação acaba sendo a única alternativa dessas pessoas, para quais a estrutura social se

fecha cada vez mais. A rejeição dos catadores a tal espaço liminar seria assim útil aos demais elos da cadeia produtiva da reciclagem, tanto por mantê-los “presos” a condição de catador quanto por possibilitar a apropriação da força de trabalho dos catadores a valores irrisórios ao negar a importância da atividade de coleta.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), existem 387.910 catadores no Brasil, destes 66,1% são negros, 68,9% seriam homens e 30,1% mulheres. A pesquisa foi fortemente criticada pelo MNCR, que indica haverem cerca de 800 mil de catadores no país, dos quais 70% seriam mulheres. Apesar de não haver concordância sobre o número de catadores, parece consenso que a maioria das pessoas que vivem da catação são mulheres e negros. É importante ter em vista que a exclusão social de raça e gênero integra o funcionamento do capitalismo (Davis, 2016), tornando-se mais evidente e crítica em países como o Brasil, que vivenciou um longo período de escravidão, caracterizado principalmente pela exclusão das pessoas negras, mas também pela presença do machismo e sexismo nas relações sociais. Evidencia-se o modo como a sociedade produz um padrão de divisão social do trabalho baseado tanto nas categorias de classe quanto nas de gênero e raça (Saffioti, 2013).

A maioria dos catadores do Brasil, assim como em outras regiões do mundo, residem em áreas periféricas, casas pequenas, puxadinhos ou mesmo em barracos improvisados com madeira e material reciclável. Armazenando o material coletado dentro de casa, nos quintais ou mesmo em cima do telhado. Além da falta de equipamentos de proteção individual (EPIs), as jornadas de trabalho de quem coleta nas ruas podem ultrapassar 12 horas contínuas de trabalho. A maioria carrega o material em *bags* (sacos grandes), carrinhos de mão ou carroças de tração humana, poucos têm animais para puxar a carroça. Vários catadores trabalham à noite e à madrugada, seja para evitar o calor, seja para não serem vistos (Ilha, 1989; Estamira, 2005; À margem, 2008; Lixo, 2010; Burgos, 2013; CENTRAC, 2016; Santos, 2016).

Como a maioria dos municípios brasileiros ainda não encerrou as atividades dos lixões à céu aberto, grande parte dos catadores do país ainda desenvolve suas atividades nestes espaços, de forma individual ou familiar, não participando de associações ou cooperativas de catadores (Silva, Goes e Alvarez, 2013; Brandão e Gutiérrez, 2016; MNCR, 2017). Embora com variações – a depender do tamanho do lixão, sua distância da zona urbana e o tipo de material que chega a estes espaços, que variam de acordo com as condições econômicas locais e com as políticas de gestão de resíduos sólidas adotadas pelos gestores públicos – há pontos comuns na vida dos catadores nos diversos lixões do país, como a

moradia inadequada, falta de água encanada e energia elétrica, exposição direta a resíduos perigosos e contaminados, etc. (Ilha, 1989; Deus, 2005; Estamira, 2005; Lixo, 2010).

Cabe registrar que em alguns municípios existem associações e cooperativas de catadores que contam com a estrutura de um galpão dentro do próprio lixão (Lixo, 2010; MNCR, 2017). Entretanto, mesmo o trabalho associado neste ambiente torna-se mais difícil para os catadores, que estão expostos à um maior risco de acidentes de trabalho e à insalubridade (Lixo, 2010; Santos, 2016). Por este motivo uma das pautas principais do MNCR é a coleta seletiva, que permitiria aos catadores receberem apenas os resíduos secos separados na fonte.

O relato de Maria, uma catadora individual do lixão da cidade de Queimadas que fica no interior do estado da Paraíba, evidencia as condições de trabalho nos lixões. Dezenas de catadores e catadoras vivem com suas famílias neste lixão, alguns têm casas em zonas periféricas de cidades vizinhas, mas passam a semana no lixão, voltando para casa uma vez por semana ou quinzenalmente, outros têm o lixão como única moradia. No lixão, as pessoas improvisam barracos com materiais encontrados, alimentam-se dos restos de comida que encontram no lixo, disputando alimento com urubus, porcos e cachorros. Maria comentou que a falta de um sistema de abastecimento de água no local impossibilita a higiene dos trabalhadores e de suas famílias. Falta estrutura para o preparo adequado das refeições.

De acordo com Maria e Clóvis, um catador da cidade de João Pessoa que já trabalhou no lixão da capital paraibana antes deste fechar, a combustão espontânea do lixo é comum, causado pelo processo de decomposição. Como uma camada de lixo é jogada em cima de outras, os catadores não veem que o local onde estão pisando está em brasas por baixo de uma fina camada de lixo recém depositado. A própria Maria tinha os pés visivelmente queimados, com a pele fina em carne viva. Atualmente Clóvis trabalha no galpão de uma cooperativa que atua dentro do aterro sanitário de João Pessoa, apesar das condições de trabalho terem melhorado significativamente, os catadores ainda recebem uma grande quantidade de rejeito⁴ junto ao material reciclável devido à falta de um programa de coleta seletiva no município.

Outro problema são os acidentes das crianças nos caminhões de lixo. Maria e uma entrevistada, representante do Centro de Ação Cultural (CENTRAC), uma ONG de Campina Grande, comentaram o caso de uma criança que faleceu após

⁴ Os catadores chamam de rejeito os resíduos que não podem ser reciclados.

ser atropelada no lixão da cidade quando este ainda funcionava. Outra questão relacionada à presença de crianças e jovens no lixão foi levantada por Clóvis, segundo o qual os projetos que proíbem as crianças e jovens de trabalharem no lixão, embora com boas intenções, acabam prejudicando-os. Sem espaços e atividades com as quais pudessem se ocupar, crianças e jovens se envolveram com o tráfico.

Como o envolvimento com a atividade costuma se dar ainda na infância, a baixa escolaridade acaba sendo comum entre as pessoas que vivem da catação. De acordo com o Ipea, o percentual de analfabetismo atinge 20,5% dos catadores, mais que o dobro nacional que é de 9,4% da população. A pior situação é a da região Nordeste, onde o analfabetismo entre os catadores chega a 34%. Outros indicadores importantes são o número de catadores com mais de 25 anos que terminaram o Ensino Fundamental (24,6%) e que terminaram o Ensino Médio (11,4%) (Silva, Goes e Alvarez, 2013).

Entrevistadas que começaram a trabalhar na infância relataram a impossibilidade de avançar nos estudos. Maria comentou o caso de uma família que vive atualmente no lixão, além de se machucarem constantemente, as crianças não frequentam a escola nem são levadas ao médico, pois a família teme que o conselho tutelar tome a guarda dos filhos. Mesmo fora dos lixões é comum a presença de crianças acompanhando os pais na coleta de recicláveis pelas ruas das cidades. Acompanhamos algumas catadoras individuais que coletavam com os filhos. Em uma reunião das entidades de apoio aos catadores da Paraíba, uma participante comentou que catadoras apontaram a falta de segurança nos bairros onde residiam como motivo de levarem os filhos para a coleta, deixar as crianças sozinhas seria ainda mais perigoso.

Corroborando Magalhães (2016, p. 145):

“Consideramos que, pelo fato de os catadores exercerem seu ofício muitas vezes em virtude de não encontrar outras possibilidades de trabalho, as suas relações com a sociedade podem ser caracterizadas por uma situação de exclusão [...] Muitas vezes [...] eles começam a atividade deste muito cedo, acompanhando os pais, havendo, então, um histórico familiar de sobrevivência por meio deste trabalho e também da exclusão de outras atividades [...]”.

Entendemos assim que a situação de exclusão social em que vivem os catadores pode ser compreendida como pertencimento à antiestrutura, um espaço de liminaridade, à margem das estruturas sociais. Mesmo desenvolvendo um trabalho intrincado na lógica capitalista, os catadores passam por um processo de



exclusão social onde suas condições de vida os impedem ou no mínimo limitam suas chances e as dos seus filhos de sair da antiestrutura para a estrutura.

O processo histórico de organização dos catadores

Em resposta à crise do trabalho assalariado, ressurgiu no Brasil a discussão sobre propostas alternativas de geração de trabalho e renda, baseadas na cooperação e na autogestão dos trabalhadores. Unindo o debate da gestão ambiental à proposta da Economia Solidária, surgem no final dos anos de 1980 as primeiras iniciativas para organizar os catadores. Essas partiram de ONGs, Igreja, agências de fomento e universidades, que incentivaram catadores a se organizarem em cooperativas e associações para a geração de trabalho e renda. Algumas prefeituras também começaram a organizar os trabalhadores visando acabar com os lixões (Leite, Wirth e Cherm, 2015; Brandão e Gutiérrez, 2016; Sant’ana e Metello, 2016).

Apesar da Igreja Católica desenvolver atividades assistenciais com as populações de rua desde os anos 1960, inclusive com catadores, no Brasil, o processo de organização desses trabalhadores em cooperativas e associações só teve início na década de 80 (Sant’ana e Metello, 2016). A organização de cooperativas e associações autogestionárias no Brasil está diretamente relacionada à emergência dos novos movimentos sociais e ao processo de redemocratização vivenciado no país durante os anos 1980 (Souza, 2013).

O final dos anos 1970 e os anos 1980 foram marcados por grandes acontecimentos à nível nacional e internacional, nesse período chegavam ao fim as ditaduras militares nos países latino-americanos, ao mesmo tempo, a derrubada do muro de Berlim marcava o fim do “sonho socialista”, abrindo espaço a legitimação do capitalismo como sistema hegemônico. Diante tais acontecimentos, as esquerdas tiveram que encontrar novas estratégias e propostas que dialogassem com a sociedade e com o contexto emergente (Singer, 2002; Souza, 2013).

Nesse cenário, emerge a proposta da Economia Solidária em meio a setores da Igreja ligados à Teologia da Libertação e segmentos de esquerda que estiveram envolvidos na luta contra a ditadura militar (Souza, 2013). A ES se propunha uma outra forma de economia, antagônica ao capitalismo, que, no entanto, poderia coexistir com esse sistema. Dentro dessa perspectiva a superação do capitalismo se daria através da multiplicação de experiências autogestionárias, sem a pretensão da tomada do poder político (Singer, 2002). Aos poucos foi se

formando um movimento social amplo propondo uma economia alternativa, privilegiando os interesses do trabalho sobre o capital. As cooperativas e associações seriam um veículo contra o desemprego, a subordinação, a precarização do trabalho e a exclusão social.

Concomitantemente, fortaleciam-se as discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade, que, principalmente a partir da Conferência de Estocolmo promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972, fizeram com que a gestão do lixo emergisse como uma nova questão pública dizendo respeito a todas as nações. Leite Lopes (2006) utiliza o termo “ambientalização” para designar a interiorização das diferentes facetas da questão pública do meio ambiente. O processo de incorporação e a naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial. Transformações no mundo social, como a emergência da ambientalização e de propostas como a Economia Solidária, desencadeiam novos tipos de conflitos entre diferentes atores que têm interesses antagônicos. O processo de inter-relacionamento entre os diferentes atores envolvidos em torno de determinadas questões vão definindo as direções e contornos que estas questões vão tomando na cena social.

Assim, com o apoio de instituições diversas, em 1999 surge o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, hoje presente em quase todos os estados brasileiros.

“O MNCR tem como prática a democracia direta, na qual os espaços deliberativos do movimento são as bases orgânicas e os comitês regionais. Dessa forma os debates vem e voltam possibilitando a participação de todos os catadores. Cada Comitê Regional indica dois representantes para a Coordenação Estadual, que por sua vez indica dois delegados para a Comissão Nacional. Para a execução de tarefas em nível Nacional criou-se a Equipe de Articulação Nacional, sua tarefa é agilizar a execução de ações e articulações, criando um laço Nacional entre o movimento. A equipe é composta por 5 catadores das regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste” (MNCR, 2017).

Percebe-se o esforço do movimento em criar canais que possibilitem o duplo movimento das informações: de baixo para cima e de cima para baixo. Também é notório o esforço em garantir que as decisões partam da base, ou seja, dos próprios empreendimentos de catadores, para que os representantes à nível estadual e nacional desenvolvam ações que estejam em consonância com o coletivo. Além de buscar estreitar os laços catadores organizados em EES, o MNCR dialoga com catadores individuais nas ruas e lixões, convidando-os a

organizar-se produtivamente e politicamente para alcançar melhores condições de trabalho e vida.

Durante os treze anos dos mandatos do Partido dos Trabalhadores, exercidos por Lula e Dilma, o MNCR contou com apoio financeiro governamental através de programas voltados à Economia Solidária e a partir de 2007 especificadamente voltados aos catadores. Este apoio contribuiu tanto para o fortalecimento dos empreendimentos de catadores – que tiveram acesso a maquinário, caminhões, capacitações e melhorias na infraestrutura dos galpões –, quanto para o fortalecimento político da categoria, que encontrava nas instituições de apoio que aportavam recursos governamentais, parceiros para a realização de formações e eventos de catadores.

A partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), as cooperativas e associações de catadores passaram a ser levadas em conta na elaboração de políticas públicas de geração de renda, com apoio a entidades de incubação e financiamento para os EES. Ainda em 2003 foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão social de Catadores de Materiais Recicláveis, do qual se desdobraram acordos intersetoriais e políticas públicas prol este segmento. Aos poucos a organização política dos catadores foi rendendo frutos, através do diálogo estabelecido com gestores públicos e da pressão que exerceram na construção das políticas públicas com apoio de entidades de assessoria, garantiram a presença da categoria na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que prevê a inclusão socioeconômica dos catadores na gestão dos resíduos sólidos executada pelos municípios (Sardá, 2011; Leite, 2012; Lima, 2015; Brandão e Gutiérrez, 2016; Sant’ana e Metello, 2016).

Com o processo de impeachment da presidenta Dilma e a chegada de Michael Temer ao governo federal as prioridades orçamentárias do Estado brasileiro mudaram. Ainda em 2016 a Senaes perdeu o status de Secretaria, sendo rebaixada à Subsecretaria, passou então a operar com cerca de 40% do orçamento com o qual contava, o que representa uma ameaça direta a continuidade dos programas e projetos que funcionam em parceria com esta Secretaria (Santos e Azêdo Guedes, 2017). Sem novos editais, os catadores vem perdendo a assessoria de ONG’s e parceiros diversos, além do apoio financeiro advindo dos projetos fomentados pela Senaes.

Diante o cenário atual, o MNCR vem buscando estratégias alternativas de captação de recursos, exercendo uma pressão maior sobre governos municipais em busca da aplicação da legislação nacional, que garante a remuneração dos

catadores pelos serviços de limpeza pública e educação ambiental realizados nos municípios. Os catadores vêm buscando ainda estabelecer acordos de logística reversa com setores industriais, tendo em vista que o regime de corresponsabilidade dos produtores pela gestão dos resíduos é prevista na PNRS.

De acordo com Cláudia, representante do estado do Rio de Janeiro no MNCR, uma experiência significativa do país nesse sentido surge da parceria com a Coca-Cola durante as Olimpíadas 2016. As lideranças nacionais do MNCR destacaram que o movimento vêm buscando estabelecer acordos com empresas, participando inclusive de iniciativas regionais que envolvem empresas internacionais, instituições voltadas às questões ambientais e catadores de diversos países da América Latina. Um exemplo é o caso da Iniciativa Regional de Reciclagem Inclusiva (IRR), que de 2011 até 2015 trabalhou em 14 países.

Atualmente, os catadores do Brasil estão organizados localmente em cooperativas e associações, regionalmente em redes de comercialização, nacionalmente em movimentos sociais como o MNCR e nos Fóruns de Economia Solidária, na Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT) fundada em 2000 e na **União Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil (Unicatadores)** fundada em 2017. Internacionalmente, estão articulados com a Rede Latino Americana e do Caribe de Recicladores (REDLACRE), que reúne um total de 17 países, e com a Aliança Global de Catadores, que reúne catadores da América Latina, Ásia, África e de alguns países da Europa.

Apesar das diferenças regionais, a união dos catadores à nível nacional e internacional tem possibilitado o desenvolvimento de estratégias de ação coletiva que garantiram conquistas para a categoria em diferentes localidades, além de visibilidade para sua causa. As trocas de experiências entre catadores também têm contribuído para o fortalecimento político destes trabalhadores. Cinco das onze lideranças do MNCR entrevistadas comentaram sobre os aprendizados que fizeram através de viagens e encontros com catadores de outros países, explicando com propriedade as semelhanças, diferenças e desafios de cada local.

Analisando a formação de novos regimes de políticas de resíduos sólidos urbanos (RSU) nos distritos federais de Buenos Aires e Brasília entre os anos 1990 e 2016, Brandão e Gutiérrez (2016) identificam a importância do papel das lideranças de catadores na construção do regime argentino. A organização dos cartoneros argentinos foi fundamental tanto para a construção de políticas



públicas na Cidade de Buenos Aires quanto para pressionar o governo nacional a avançar na construção de políticas públicas nacionais. Os autores demonstram ainda como a experiência de Buenos Aires se assemelha ao que ocorreu em outras cidades economicamente mais desenvolvidas do Brasil, como Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte. Já Brasília, que pouco avançou na construção de políticas públicas antes da emergência do regime nacional de políticas públicas de RSU, se assemelha mais ao que ocorre em regiões distantes de Buenos Aires e em municípios menos desenvolvidos economicamente do próprio Brasil.

Outra experiência emblemática é a da Colômbia, onde a organização de famílias que subsistiam da coleta de papel, alumínio e plástico em um depósito na cidade de Cali remonta ao final da década de 1970. Em um dos primeiros relatos sobre o movimento de organização de trabalhadores informais, Birkbeck considerou que, enquanto os catadores se organizaram para garantir seu acesso aos depósitos, eles careciam de proteções, complementos, dinheiro e tempo para construir uma organização duradoura. Birkbeck considerava que os baixos preços dos recicláveis impediam a garantia de ocupações decentes, o que o levou a concluir que “the revolution will be long time coming to garbage dump” (Birkbeck, 1978 *apud* Rosaldo, 2016, p.2). Rosaldo (2016) comenta que apesar das previsões de Birkbeck, mais de trinta anos depois a revolução dos catadores parece não ter se apagado. Milhares de catadores colombianos – que hoje se encontram mais nas ruas que nos depósitos – têm se organizado em cooperativas.

De acordo com Rodríguez (2005) a história da organização dos catadores na Colômbia é semelhante ao caso brasileiro, a aliança e parceria entre diversos atores sociais – recicladores, ONGs e instituições governamentais – deu origem à rápida proliferação de cooperativas no final da década de 1980 e início dos anos 1990. Através de sua organização, os catadores colombianos têm impulsionado os ganhos através de processos produtivos e boas vendas, além da negociação direta de prestação de serviços para empresas de gerenciamento de resíduos sólidos e instituições públicas oficiais. Havendo conseguido vitórias na Constituição Colombiana, que afirma e reafirma o direito dos catadores serem remunerados pelo Estado por seu trabalho, o movimento dos catadores na Colômbia tem servido de inspiração para movimentos semelhantes em diversos países (Rosaldo, 2016).

Observa-se como o modo de desenvolvimento, organização e os avanços alcançados pelos movimentos de catadores em cada país ou localidade pode variar consideravelmente. Entretanto, é possível identificar pontos de ligação na

organização coletiva dos catadores, o que nos leva a perceber que tanto esses movimentos estão inseridos em um contexto de mudanças globais como carregam em si singularidades relacionadas ao próprio contexto local.

Embora ainda longe das condições ideais, os avanços na qualidade de vida dos catadores a partir de sua organização coletiva é evidente. Saindo dos lixões e das ruas, os catadores apontam como maiores benefícios do trabalho coletivo: ter acesso a galpões para armazenar o material; condições mais higiênicas de trabalho; redução na jornada de trabalho; acesso a carrinhos e caminhões para a coleta e à maquinário, como prensas e balanças; fardamento e EPIs; cursos de formação sobre sua área e cursos de alfabetização e informática; melhores preços no material ao eliminar o pequeno atravessador da cadeia da indústria da reciclagem, etc. (Silva e Paiva, 2014; Figueiredo e Silveira, 2016; Magalhães, 2016; Santos, 2016).

Os catadores organizados apontam ainda melhorias na sua qualidade de vida em geral: alguns dos entrevistados saíram da área do antigo lixão, conseguindo casas através de programas habitacionais, outros participam de movimentos por moradias; em nenhum dos EES visitados havia presença de crianças – os catadores organizados demonstram preocupação em manter os filhos na escola para que eles tenham mais oportunidades de vida; todos os entrevistados afirmaram possuir os documentos pessoais e acesso ao SUS. Entre outras melhorias indicadas, catadores da América Latina vêm apontando o reconhecimento social como um dos maiores ganhos que tiveram com seu ingresso em associações e cooperativas (Figueiredo e Silveira, 2016; Rosaldo, 2016; Sant’ana e Metello, 2016; Santos, 2016).

Apesar da melhora significativa, a vida dos catadores organizados ainda apresenta milhares de dificuldades, como: o baixo aferimento de rendimento com seu trabalho, a exploração persistente dos atravessadores e demais elos da cadeia da reciclagem; a falta de direitos trabalhistas e previdenciários em muitos EES; a falta de EPIs, que nem sempre conseguem comprar; condições de trabalho ainda precárias, mesmo com as melhorias mencionadas; infraestrutura inadequada à realização do trabalho; falta de maquinário ou equipamentos quebrados; os conflitos internos entre catadores nos EES, geralmente causados pela dificuldade em pôr em prática a autogestão; falta de consciência da maior parte da população que não adere à coleta seletiva ou envia rejeito junto à reciclagem; falta de sensibilidade da maioria dos gestores públicos que não colocam em prática a legislação vigente que contribuiria com a atividade com catadores; preconceito por parte da população que continua não reconhecendo a importância ou mesmo a dignidade da atividade dos catadores, ou seja, o

estigma ainda está presente (Lima, 2015; Figueiredo e Silveira, 2016; Santos, 2016).

Intervenção na arena social e negociações de poder

O processo histórico de organização dos catadores vem revelando como a partir da organização socioprodutiva os catadores se fortaleceram enquanto grupo social, o que os conduziu à organização política. Organizados coletivamente esses trabalhadores passam a se posicionar de forma diferente no campo ou arena social. Ao exigir reconhecimento da atividade e direitos como a inclusão socioprodutiva na gestão dos resíduos sólidos, a remuneração pelo trabalho de limpeza pública e conscientização ambiental da população, etc., os catadores se posicionam frente a outros atores sociais que muitas vezes têm interesses diferentes dos seus. Daí decorre uma disputa, onde o reconhecimento da legitimidade dos argumentos inseridos no debate podem alterar a balança de poder entre os atores que participam dessa arena social.

Como aponta Brandão e Gutiérrez (2016), na construção dos novos regimes de políticas de resíduos sólidos passa a existir uma interação entre três forças mobilizadas por atores políticos em disputa: ideias, interesses e arranjos institucionais.

“[...] As ideias produzem elementos de conexão entre áreas relevantes, permitindo que elas alcancem uma proposta comum para o problema em questão. Os atores disputam interesses que proveem poder político e legitimidade aos regimes enquanto são afetados eles mesmos por mudanças. Os arranjos institucionais, por sua vez, estruturam a coesão entre os atores, canalizando o fluxo de informação entre eles e estabelecendo a estrutura de autoridade do regime” (Brandão e Gutiérrez, 2016, p.1).

No mesmo sentido, Leite Lopes (2006) vai demonstrar que no processo de longo prazo de inversão, consolidação e avanço da temática ambiental, vários atores estão envolvidos, tais como profissionais e especialistas, instituições de Estado, além de diferentes grupos sociais, de empreendedores à populações vulneráveis ou sob risco. Assim o processo se manifesta também por conflitos, contradições, limitações, além de reações, recuperações e restaurações. Leite Lopes (2006, p.32) aponta ainda que

“[...] sob os efeitos de disputas no interior ou na interseção de campos profissionais a temática ambiental é inventada e relacionada às tradições específicas dos respectivos campos, assim como a história anterior de movimentos sociais, relacionados a

diferentes grupos sociais, influencia a forma como tal temática é apropriada e ligada a conflitos anteriores reelaborados sob nova linguagem”.

Evidencia-se a importância das ideias na disputa de interesses entre atores de um campo. No campo da gestão dos resíduos sólidos, Brandão e Gutiérrez (2016) apontam as formas de definir este problema público: o marco técnico-ambiental considera o tema como uma questão ambiental e de saúde pública, sendo a perspectiva predominante no Norte Global; já o marco da questão socioambiental vai pensar o trabalho informal e a exclusão social dos catadores, que são fenômenos típicos do Sul Global. Utilizando-se desses marcos, diversos atores buscam legitimar seus interesses na construção dos novos regimes de RSU. Brandão e Gutiérrez (2016) demonstram como ideias são mobilizadas no jogo político para legitimar os interesses dos atores e possibilitar a construção dos arranjos institucionais adequados a esses interesses.

Se no Norte Global é o marco técnico-ambiental vem sendo mais utilizado na construção dos novos regimes de RSU, no Sul Global, principalmente na América Latina, o marco socioambiental, que atende as especificações locais, vai ser mobilizado por atores como os catadores na disputa por regimes que incluam os trabalhadores informais na gestão de resíduos.

A bibliografia vem demonstrando que no Brasil o movimento de catadores se organizou a partir da aproximação com o movimento social da Economia Solidária, assim as reivindicações por inclusão socioprodutiva dos catadores na gestão dos resíduos sólidos sempre foi uma das bandeiras principais do MNCR (Leite, 2012; Leite, Wirth e Churfem, 2015). O próprio site do movimento destaca que a gestão dos resíduos sólidos e sua importância para o meio ambiente tornam-se indissociáveis da inclusão do catador neste processo (MNCR, 2017).

A luta dos catadores por inclusão vem rendendo frutos, hoje a categoria conta com um marco legal que garante sua participação na gestão de resíduos, entretanto a maioria dos municípios do Brasil ainda não colocaram a lei em prática. Por esse motivo, os catadores continuam buscando pressionar os gestores públicos para garantir a efetivação de seus direitos.

Nas falas das entrevistas pudemos observar a segurança com que os catadores organizados incorporam a linguagem comum às questões ambientais, se auto denominando “agentes de limpeza pública”. O termo, aparentemente ensinado aos catadores nos cursos de capacitação oferecidos pelas entidades de apoio, vem sendo repetido pelos catadores diante de diversos públicos, inclusive nos eventos e cursos presenciados, já havendo sido incorporado por alguns gestores.

Estes, diante as pressões do movimento dos catadores e da ES passam a reconhecer importância desta atividade, atendendo algumas das demandas através do desenvolvimento de políticas públicas voltadas a esses trabalhadores.

Um exemplo pode ser observado na fala da assessora técnica de resíduos sólidos e agente ambiental do setor de licenciamento ambiental da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente de Campina Grande/PB (SESUMA) – quando esta explicava as diretrizes do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos que podem beneficiar os catadores:

[...] o nosso plano em atendimento a lei [Lei 12.305/2010]⁵, contempla inúmeras ações nas quais os catadores que tiverem associados [...] tem dois programas específicos, que é o de coleta seletiva e o de instalação aos apoios operacionais [...] E também nos quais os catadores vão ser dotados de melhor condições de trabalho. Um outro ponto que é totalmente relacionado [...] e tornou-se lei, é que vão ser firmados contratos com as cooperativas. A prefeitura não paga um valor [...] por tonelada de resíduo à [nome] que é a empresa que coleta resíduo aqui em Campina Grande? Então, vai ser firmado um contrato com as cooperativas e todo resíduo que ele coletar, ele vai receber o mesmo valor e ainda vai ficar com o resíduo pra que eles possam comercializar [...] A cooperativa também não tem o trabalho ambiental de limpeza? A gente entende que eles são agentes de limpeza que retiram os resíduos das nossas ruas (Entrevista realizada em 24/08/2015).

Apesar do Plano Municipal prever a remuneração dos catadores, quase três anos após realização da entrevista citada, os catadores de Campina Grande ainda não estão recebendo pelo serviço prestado. Foram realizadas diversas reuniões entre a SESUMA, os catadores e as entidades de apoio para fechar os detalhes referentes a remuneração dos EES pelo serviço de coleta seletiva e educação ambiental. O longo processo de negociação em curso mobiliza todos os catadores organizados da cidade, que participam massivamente das reuniões, expõem seu ponto de vista e reivindicam seus direitos frente aos gestores públicos, inclusive frente ao Ministério do Trabalho.

Entrevistas com lideranças do movimento de catadores e a análise de matérias publicadas no blog do MNCR ou na grande mídia⁶ vêm possibilitando

⁵A Lei 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil, que obriga os municípios a fomentarem a organização dos catadores locais em associações e cooperativas, desenvolvendo ações de inclusão socioeconômica destes trabalhadores através da inserção dos EES na gestão dos resíduos sólidos.

⁶ Por grande mídia entenda-se jornais e revistas de grande circulação no Brasil.

identificar algumas das estratégias de ação coletiva utilizadas pelos catadores para garantir o atendimento de suas reivindicações, são elas: negociação (com gestores públicos, polícia, empresas privadas, movimentos sociais, etc.), protestos públicos ou ações diretas (manifestações, passeatas, fechamento de instituições, audiências públicas, impetração de processos judiciais, etc.); e “sensibilização”⁷ da sociedade.

Nas entrevistas realizadas, nos eventos presenciados e na análise das publicações do blog do MNCR foi possível identificar a verticalização dos empreendimentos de catadores na cadeia da reciclagem e a aplicação da PNRS pelos municípios como principais reivindicações dos catadores. A ação coletiva dos catadores costuma ser dirigida ao poder público, reivindicando direitos e políticas públicas que facilitem o crescimento na cadeia da reciclagem.

Em uma audiência pública realizada em dezembro de 2016 na Câmara Municipal da cidade de Campina Grande, foi possível observar como catadores de materiais recicláveis organizados em associações e cooperativas articulam a necessidade de inclusão dos catadores na gestão dos resíduos sólidos às questões ambientais. Os catadores argumentaram que a coleta seletiva é fundamental para uma gestão de resíduos sustentável, através da qual o material reciclável poderia voltar a cadeia da reciclagem e os aterros sanitários teriam seu tempo de vida útil prolongado. Reivindicaram ainda seu direito de receber pelo serviço de limpeza pública e educação ambiental prestados ao municípios, direito esse assegurado pela PNRS.

Brandão e Gutiérrez (2016) apontam ainda como estas forças – ideias, interesses e arranjos institucionais – são mobilizadas de forma diversificada pelos atores em diferentes países, como é o caso da Argentina e do Brasil, foco da análise dos pesquisadores:

“Se organizações sociais, grupos de interesse, e organizações de catadores participaram ativamente do longo processo de formulação de lei nacional no Brasil, a elaboração da lei argentina foi mais rápida e esteve mais concentrada nos atores parlamentares, com

⁷ O termo “sensibilização” é utilizado frequentemente nos Fóruns de Economia Solidária, os catadores parecem o ter incorporado a partir da convivência com ONGs e universidades. Como o termo denota certo ofuscamento dos conflitos e parece colocar a relação entre gestores e catadores no campo do assistencialismo e paternalismo, preferimos colocá-lo entre aspas, registrando discordância quanto ao uso do termo.

acompanhamento da secretaria ambiental nacional” (Brandão e Gutiérrez, 2016, p.32).

Identificando os conflitos em torno da gestão dos resíduos e a importância das ideias para legitimação de interesses, podemos avançar em direção a investigação sobre a forma como as performances dos catadores tornam-se um elemento importante no processo de negociação de poder dentro dessa arena ou campo social. O reconhecimento da atividade implica tanto nas políticas públicas e adesão à coleta seletiva, que podem modificar objetivamente a realidade dos trabalhadores, quanto subjetivamente, tendo em vista que através do reconhecimento social os catadores e suas famílias não sofreriam o peso do estigma associado a sua atividade.

As construções sociais por trás das performances

Como visto, a emergência dos temas do meio ambiente e da Economia Solidária desde a década de 1980 levou diversos atores como Igreja, universidade e ONGs a estreitarem sua aproximação com os catadores de materiais recicláveis. Por meio desses atores, os catadores tiveram acesso aos debates emergentes através de formações diversas, que entre outros objetivos buscam reafirmar a importância da atividade de catação para o meio ambiente e para a sociedade. Esse processo vem reconfigurando da visão sobre a atividade de catação.

Vários dos entrevistados mencionaram a Igreja, universidades, ONGs e vereadores como parceiros importantes na formação do EES do qual participam. Todos 36 catadores reconhecem a importância ambiental e social de sua atividade. Algumas lideranças do MNCR mencionaram ainda que o trabalho de base com catadores individuais torna-se importante porque possibilita o “resgate da cidadania” para esses trabalhadores, que na maioria das vezes não percebem sua atividade como relevante, incorporando eles mesmos o estigma social da atividade.

Observando a história de organização coletiva dos catadores é possível inferir que a partir do momento em que começam a perceber a importância de sua atividade e a considerar que tem direitos a remuneração pelo serviço prestado, ocorre uma mudança na postura desse grupo social, que começa a exigir reconhecimento e lutar por uma legislação que lhes garanta direitos historicamente negados. Esse posicionamento vem viabilizando a ação coletiva dos catadores.

Interpretamos que, através da “tomada de consciência”, os catadores passam a mobilizar argumentos do marco socioambiental na luta por um regime de RSU que inclua suas demandas. Nos eventos presenciados foi possível observar que juntamente aos argumentos da temática ambiental, os catadores mobilizam elementos de sua condição de trabalho e vida como estratégia de sensibilização para com a sua causa. Através da construção da narrativa do *drama social* vivenciado coletivamente, os catadores encontraram meios de intervenção na arena social através da *poética e política do discurso* utilizadas em suas *performances*.

A performance é um evento situado num contexto particular, construído pelos participantes, havendo papéis e maneiras de falar e agir específicas. Além carregar em si o sentido ontológico, que leva o termo performance a ser compreendido como comportamentos teatrais, ensaiados ou convencionais adequados à ocasião, Taylor (2013, p. 10) afirma que “‘performance’ também constitui uma lente metodológica que permite aos estudiosos analisar eventos *enquanto* (em inglês *as*) performances”. Schechner (2006) esclarece que toda e qualquer atividade da vida humana, qualquer comportamento, evento ou ação pode ser estudada enquanto performance. Corroborando do pensamento de Goffman (2009), Schechner entende que a vida cotidiana, tal qual a arte, envolve treino e de prática para aprender determinadas porções de comportamentos culturais, ajustar e atuar os papéis da vida em relação às circunstâncias sociais e pessoais.

De acordo com Turner (1987, p. 84) “[...] *performances, particularly dramatic performances, are the manifestations par excellence of human social process*”. Assim, as performances do drama social seriam manifestações por excelência do processo social humano.

O conceito de drama social é proposto por Turner, segundo quem no processo da vida social, os dramas emergem demarcando a relação dialética entre estrutura e antiestrutura. Os dramas sociais correspondem a “*units of aharmonic or disharmonic social process, arising in conflicts situations*” (Turner *apud* Silva, 2005, p. 36). Os dramas sociais podem ser entendidos como conflitos que são trabalhados na ação social, se caracterizando por quatro fases: separação ou ruptura, crise e intensificação da crise, ação remediadora e reintegração (Turner, 1987).

Schechner (2012) demonstra que Turner adotou o modelo do teatro grego para tratar do drama social, mas que haveriam outros modelos, melhor aplicáveis a outras situações. Seguindo este pressuposto, entendemos que embora no caso dos catadores nem sempre haja a ruptura com a estrutura – pois boa parte

destes sujeitos já nascem e vivem a maior parte da suas vidas na antiestrutura⁸ – e que, no caso destes trabalhadores, a crise não apareça como algo transitório, nem sempre seguida por uma ação reparadora que leve a reintegração com a estrutura, percebe-se a experimentação e a construção discursiva de um drama social por este grupo de trabalhadores.

A descrição da realidade dos catadores e a forma emocionada como estes sujeitos contam sua história de vida evidenciam como além de vivenciar um drama social, estes atores constroem o discurso do drama social coletivo dos catadores como meio de encontrar apoio da população em sua luta por melhores condições de trabalho e vida. A vivência coletiva em situações semelhantes, possibilita a experiência de *communitas*.

“[a communitas] surge onde não existe estrutura [...] [e] só se torna evidente ou acessível, por assim dizer, por sua justaposição a aspectos da estrutura social ou pela hibridização com estes [...] A communitas unicamente pode ser apreendida por alguma de suas relações com a estrutura [...]” (TURNER, 1974 apud SILVA, 2005, p. 39).

Para Turner, a *communitas* tende a caracterizar-se pela efemeridade, mas tornando-se permanente esse sentimento poderá culminar na transformação radical da sociedade ou ser absorvida pela estrutura social. O sentimento de *communitas* pode ser identificado em vários dos depoimentos registrados. Clóvis, catador em João Pessoa, começou a trabalhar no antigo lixão do Roger com dezoito anos, em suas palavras “a sobrevivência dentro do lixão só é possível através de muita solidariedade, as pessoas se ajudam para conseguir sobreviver”. Todos os catadores organizados coletivamente demonstraram empatia, solidariedade e/ou sensibilização com os demais catadores.

Outra condição da situação de liminaridade destacada por Turner é o *poder do fraco*, que se refere a indivíduos ou grupos marginalizados no cotidiano e a quem se atribui poderes extraordinários (Silva, 2005). Nas sociedades estruturadas, é a pessoa marginal ou “inferior”, ou “estranho” que frequentemente chega a simbolizar o que David Hume chamou de “o sentimento com relação à humanidade”, o qual se liga à *communitas* (Turner, 1974).

⁸ Importante destacar que alguns catadores realmente saem da estrutura para a antiestrutura, desenvolvendo profissões formais com carteira assinada por anos até se tornar catador diante à situação de desemprego.

É possível identificar o poder do fraco nos catadores a partir do momento em que começam a se unir e a exercitar a ação coletiva, fortalecendo o discurso sobre a importância da sua atividade para a limpeza do planeta e proteção do meio ambiente. A partir do momento em que os catadores se apropriam desse discurso e encontram oportunidade de tornar-se ouvidos, passam a modificar a forma como a sociedade os vê. De “bicho-homem” passam a ser vistos como agentes de limpeza, tendo sua atividade funcional reconhecida.

Por fim, pontuaremos a questão da função poética e política dos discursos. Langdon (2007) afirma que Bauman definiu performance como um evento comunicativo no qual a função poética é dominante. A função poética ressalta o modo de expressar a mensagem e não o conteúdo em si (Langdon, 2007). De acordo com Bauman (2008, p. 6) “a função poética, mesmo sendo relevante, pode estar a serviço de, ou ligada a outras funções orientadas para a efetivação prática de outros fins sociais”, assim a poética pode ser utilizada como arma política.

Outro ponto essencial a nossa análise será a proposta de Korom (2013) sobre a possibilidade de desenvolvermos estudos comparativos de performance. O autor explica que apesar da performance ser baseada na repetição, mímica e reprodução, ela também varia em grande extensão. Por sua qualidade emergente, a variação nas performances é inevitável, o que faz dos estudos comparativos das variações um importante fator para entender performances como agentes de mudança social. A possibilidade lançada por Korom nos possibilitará comparar as performances dos catadores antes e depois da adesão à organização coletiva, entendendo como as performances dos catadores viabilizaram mudanças sociais.

Enquanto os catadores que não tem nenhum envolvimento com o movimento de catadores, apresentam uma postura tímida e recatada, falando pouco, baixo, com o corpo curvado e a cabeça baixa a maior parte do tempo, parecendo ter vergonha da atividade que desenvolvem, pedindo o material reciclável como quem pede uma esmola – como verificamos com catadores de rua que trabalham de forma individual –, os catadores participantes de associações e cooperativas demonstram maior segurança acerca da importância social de sua atividade, realizando a conscientização ambiental da população em visitas às residências, solicitando que adiram à coleta seletiva e passem a separar os resíduos na fonte.

Os catadores com mais tempo nos EES, que haviam passado por cursos de formação sobre temas como gestão de resíduos sólidos, Economia Solidária, cooperativismo e associativismo, os que participavam do Movimento Nacional

dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis e/ou que frequentavam o Fórum de Economia Solidária, demonstravam consciência da importância de sua atividade para a sociedade em geral, além de convicção na proposta da ES como solução para muitos dos problemas enfrentados na atividade que desenvolvem. Estes trabalhadores apresentavam mais segurança e desinibição nas performances discursivas diante de diversos públicos e em situações distintas.

Quando perguntamos aos catadores quais atividades desenvolviam no EES, alguns declararam que realizam a limpeza do meio ambiente, outros evidenciaram a importância do seu trabalho para limpar o planeta e ajudar o meio ambiente. Uma entrevistada declarou:

“É um trabalho como outro qualquer, a única diferença é que a gente trabalha com a educação ambiental, né? [...] de certa forma não é como os outros porque as outras empresas elas sujam e nós limpamos, é diferente, né? Então a gente trabalha ganhando dinheiro, mas também beneficiando toda a população, limpando o meio ambiente e educando um monte de pessoa, se a gente conseguisse educar tudo era bom, mas não consegue, né? [...] o trabalho da gente não é um trabalho como os outros, é um trabalho que ainda muitas pessoas não têm a mente aberta pra entender, tem muita gente ainda que vê a gente como uma classe inferior, o que não é. Muita gente não consegue compreender que o trabalho da gente é de suma importância, não pra a gente pelo dinheiro que a gente ganha, não só por isso, mas é um trabalho de suma importância pra toda a população, né? A gente faz o trabalho que toda a população deveria fazer, que é a fiscalização do meio ambiente [...] a gente faz a parte que não é só trabalho, a gente trabalha e cuida do meio ambiente” (Daiane, 30 anos, catadora cooperada em Campina Grande, PB— Entrevista realizada em 16/07/2015).

As entrevistas realizadas demonstram que estes trabalhadores têm consciência da importância do trabalho que desenvolvem e alguns lamentam não haver reconhecimento de sua atividade por parte da sociedade e do poder público. Na fala acima e em outras entrevistas revela-se o esforço dos catadores de mobilizar a discussão socioambiental para convencer seus diversos públicos sobre a importância de sua atividade, inclusive à própria pesquisadora.

Foi possível identificar nos espaços observados o quanto a performance dos catadores é capaz de sensibilizar os gestores públicos com sua causa de luta. No Curso de Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária acompanhamos o processo de sensibilização destes gestores para o tema da ES durante três encontros de oito horas cada um. Foi no segundo encontro, quando dois catadores que atuaram por anos no lixão e que atualmente fazem parte de uma associação de João Pessoa entraram na sala para relatar suas

histórias, que os gestores pareceram mais interessados em incorporar a ES nas políticas públicas municipais.

A perplexidade dos gestores ouvindo os relatos das condições de vida dos catadores nos lixões e as transformações nas suas condições de trabalho após a adesão à associação era evidente nas expressões faciais do público, que se emocionava diante da narrativa do drama social individual e coletivo retratado pelos catadores. Os catadores começaram relatando individualmente sua trajetória de vida, as performances individuais ocorreram uma em seguida da outra, ao término os dois se uniram para comentar a realidade do EES do qual faziam parte, complementando a fala um do outro em uma performance coletiva.

As narrativas poéticas do drama social foram repetidas por catadores e catadoras em outros eventos como o Encontro Estadual de Catadores e Catadoras da Paraíba, realizado em outubro de 2015. Onde catadores e catadoras de toda Paraíba se encontraram com líderes do MNCR em Campina Grande para pensar suas condições e planejar sua organização e metas para o futuro, dialogando com gestores públicos e entidades de apoio sobre suas demandas.

No Fórum de Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor, realizado em junho de 2016, catadores dialogaram com representantes da Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) sobre a impossibilidade de arcarem com a carga tributária exigida das associações e cooperativas e a necessidade de se pensar reformas que levem em consideração as especificidades dos EES de catadores. A manhã deste evento foi reservada para um diálogo entre as entidades de apoio e os catadores, a proposta era explicar a legislação vigente para os catadores e, em nosso entendimento, prepará-los para que estes argumentassem com os representantes das instituições públicas que viriam à tarde. A metodologia do evento reforça o entendimento de que os apoios contribuem ativamente com a construção das performances dos catadores.

Nos eventos observados, a poética discursiva aparece como estratégia de sensibilização. Em suas performances os catadores expressavam emoção ao falar dos momentos difíceis vivenciados e da força e bravura com a qual enfrentaram todas as dificuldades da atividade, da vida e também as que surgiam no caminho da organização em associações e cooperativas. Com pausas dramáticas, perguntas retóricas, olhos marejados por lágrimas e o semblante de determinação, os catadores organizados e próximos do MNCR e/ou da



Economia Solidária em nada se parecem com os tímidos catadores de rua e dos lixões.

Enquanto catadores que estão em processo de organização em cidades como Belém e Montadas, ambas na Paraíba, resistem a sair do lixão por vergonha de atuar onde seriam vistos pela população, os catadores já familiarizados com a ES e com o MNCR exigem o reconhecimento social de sua atividade e lutam ativamente por melhores condições de trabalho e de vida, lutam por inclusão social, ou seja, lutam para sair da liminaridade, da antiestrutura. Visando até mesmo lançar-se na vida política em busca de maiores conquistas para a categoria dos catadores, como é o caso de Cláudia, uma entrevistada do Rio de Janeiro que pretende concorrer a deputada estadual na campanha de 2018.

As performances dos catadores haviam sido identificadas também por Amorim (2012), em pesquisas com catadores de Salvador e Curitiba:

“[...] chamaram-me a atenção neste cenário de pesquisa dois tipos de relatos dramáticos: os depoimentos emocionados que descreviam a trajetória trágica de quem antes vivia na completa exclusão social e que, depois de participar do movimento social e da mobilização do segmento em cooperativas, encontrou uma nova identidade e autoestima [...]” (AMORIM, 2012, p. 24).

A transformação na performance dos catadores se dá principalmente pela construção de uma performance consciente que pode ser desenvolvida individualmente ou coletivamente, onde se prima o controle de impressões – através do controle da conduta e do discurso – diante de diversos públicos. Performance essa apreendida e internalizada nas práticas cotidianas através do comportamento restaurado. A entrevista com uma catadora ilustra esta afirmativa:

“Olha, eu vou te dizer uma coisa, eu fui pra um certo bairro fazer coleta, já com a farda, eu tô na ARENSA faz dois anos e oito meses, aí eu fui pegar a reciclagem numa casa, aí fui olhar na outra se a dona estava. Eu vi a reciclagem lá num canto, sabe o que fizeram? Me jogaram um saco de carne podre. A casa do lado me jogou um saco de carne podre. Eu disse ‘a gente não leva carne podre não, a gente leva reciclagem’. Isso é discriminação feia, feia. Agora se eu fosse a pessoa que eu era antes eu pegava jogava dentro da casa dele. Mas não, peguei botei na beira do carrinho, quando chegou lá no lixo eu joguei. Pra você como que é, ainda tem pessoas assim. É uma coisa assim que te dói por dentro, sabe? Será que não tá vendo que a gente tá tirando as coisas da rua? Limpando a cidade, a rua que ele mora, entendeu? E acha ruim” (Carla, 47 anos, catadora cooperada em Campina Grande, PB – Entrevista realizada em 17/07/2015).

No relato da catadora fica claro o esforço em controlar sua conduta e seu discurso diante de uma situação na qual antigamente – antes de entrar para a associação e de transformar sua performance – sua reação seria bem diferente. Esta e outras situações observadas evidenciam o controle de impressões tanto por parte do próprio ator, como por parte do grupo do qual participam, como ainda por parte das entidades de apoio.

Durante as entrevistas, ocorreram situações em que companheiros ou representantes das entidades de apoio “corrigiam” as respostas dos entrevistados, por perceberem que estas não soariam em consonância com o discurso do grupo. Este tipo de intervenção ocorreu, por exemplo, quando perguntamos quais os principais concorrentes dos EES. Quando um entrevistado respondia que considerava os catadores individuais um tipo de concorrente, rapidamente era repreendido por alguém que tentava explicar que os catadores individuais não eram concorrentes porque eram um deles, sendo os atravessadores os principais concorrentes.

Um evento emblemático ocorreu no dia 22 de março de 2018, quando catadores ligados ao MNCR ocuparam a Câmara de Vereadores de João Pessoa para protestar contra o evento de lançamento de pré-venda do Sistema Iner Paraíba, organizado pelo Consórcio Iner e pela Confederação Elo Social Brasil. As empresas estavam propondo a construção de usinas de transbordo de resíduos sólidos, compostagem e incineração. Como os catadores não tiveram direito a fala, protestaram através de cartazes, puxando palavras de ordem e cantando músicas do MNCR. A própria vestimenta dos manifestantes, camisas do MNCR ou das cooperativas fazendo menção à atividade, bem como o uso de EPIs como máscaras e luvas, integravam a performance destes trabalhadores no protesto. Devido ao tumulto estabelecido, o presidente da Câmara anunciou a suspensão da sessão, entretanto, a sessão continuou em um prédio em frente à Câmara. Atualmente os catadores tentando conseguir uma audiência pública onde tenham direito a fala para expor sua opinião sobre a proposta da Iner e a gestão dos RSU.

Schechner (2006) aponta sete funções para a performance: entreter; construir algo belo; formar ou modificar uma identidade; construir ou educar uma comunidade; curar; ensinar, persuadir e/ou convencer; lidar com o sagrado e/ou profano. Compreendemos que as performances dos catadores cumprem no mínimo três dessas funções: Os ajudam a formar e modificar sua identidade, reconhecendo e reafirmando a relevância de sua atividade; a construir ou educar uma comunidade, tanto ajudando-os a construir uma nova forma de vida dentro das comunidades nas quais eles vivem – lutando por melhores habitações,



acesso à saúde e educação –, quanto ajudando-os a educar a sociedade em geral; e os permite ensinar, persuadir e convencer a sociedade sobre a gestão de resíduos sólidos, sobre a importância de sua atividade e sobre a necessidade de apoio à luta dos catadores.

Ponderações finais

As mudanças nas performances dos catadores vêm rendendo importantes conquistas a este grupo social. Através das transformações de suas performances, catadores têm encontrado na poética e política discursiva ferramentas de negociações de poder, que os têm possibilitado intervir na arena social, conquistando novos espaços e mudando seu posicionamento. O fortalecimento da ES e a preocupação com a questão do meio ambiente contribuíram para o surgimento de políticas públicas federais, estaduais e municipais voltadas a gestão dos resíduos sólidos e a fomentação de cooperativas, como a PNRS, entre muitas outras.

Até o momento, governos abertos ao diálogo com os movimentos sociais têm contribuído com o fortalecimento do movimento dos catadores, mas ainda há muitas batalhas pela frente. É importante que os catadores permaneçam unidos aos movimentos sociais na luta pelo modo de produção e de vida que adotaram. É que a população em geral e os gestores públicos reconheçam a importância da atividade dos catadores, tanto para que as políticas públicas avancem como para que a coleta seletiva se efetive. Na luta por inserção social e por reconhecimento de sua atividade e do modo de produção que adotaram, a performance dos catadores tem se mostrado um importante mecanismo de negociação de poder. Modificando a relação dos catadores com outros atores como o poder público e a própria sociedade, embora o estigma com relação a atividade dos catadores, mesmo organizados, ainda exista.

A performance dos catadores organizados em EES revela o espírito de *communitas* deste grupo, que possibilita que eles exerçam o poder do fraco, através da construção de performances conscientes sobre o drama social vivenciado coletivamente e retratado tanto em performances coletivas quanto individuais destes atores para diversos públicos. Evidencia-se no discurso dos catadores a utilização da poética para sensibilização com relação ao drama social vivenciado por eles e da política como forma de exigir da sociedade e principalmente dos gestores públicos maior atenção, auxílio e apoio.

Percebemos que os discursos dos catadores passam a ser incorporados na fala dos gestores públicos, tanto dos participantes dos eventos acompanhados como dos gestores entrevistados. Embora nesta pesquisa não tenhamos entrevistado a população em geral, algumas conversas informais com pessoas que aderiram à coleta seletiva serviram como indícios para percebermos que a própria sociedade começa a reconhecer a atividade desses trabalhadores. Avaliamos que a performance discursiva dos catadores ressignifica a percepção que seus públicos têm desses trabalhadores: os gestores públicos, que sensibilizados com sua luta passam a criar políticas públicas voltadas a estes trabalhadores; a sociedade, que passa a respeitar os catadores enquanto cidadãos e a reconhecer seu trabalho, aderindo à coleta seletiva; a comunidade acadêmica, que cada vez mais passa a se dedicar a estudar estes trabalhadores; e os próprios catadores, que participando de encontros com outros catadores mais antigos no movimento, começam a perceber sua atividade de forma diferente, reconhecendo o valor do seu trabalho e mudando de postura em relação a forma como encara sua atividade.

Entretanto é preciso ressaltar três pontos, primeiramente, nem sempre a performance dos catadores surte o efeito almejado. Há muitos catadores que continuam preferindo trabalhar individualmente mesmo conhecendo grupos organizados. Ainda é pequena a parcela da população que adere à coleta seletiva, muitos dos que passam a doar o material para os catadores acabam não fazendo a separação do material na fonte ou desistindo de doar o material com o tempo. Além disso, tanto em nossa pesquisa quanto em outras investigações torna-se evidente que o estigma sobre a atividade de catação ainda está presente em parte da população (Figuereido e Silveira, 2016; Magalhães, 2016; Santos, 2016).

Em segundo lugar é preciso ter consciência de que as conquistas dos catadores nas últimas décadas se deve em parte aos interesses da própria indústria da reciclagem. Nesse sentido, concordamos com as avaliações de que os EES de catadores no Brasil dependem das grandes empresas de reciclagem para sobreviver, sendo exploradas pelos elos mais altos desta cadeia produtiva (Leite, Wirth e Chermem, 2015; Lima, 2015). No caso de estados que não possuem empresas de reciclagem, a dependência dos catadores em relação à indústria da reciclagem começa na figura do atravessador.

Em terceiro que, se a performance dos catadores hoje é capaz de sensibilizar os gestores públicos, isso não se deu da noite para o dia. Percebe-se que ao longo da história, foram as entidades de apoio que intermediaram e que ainda possibilitam a intermediação do diálogo entre catadores e gestores públicos. Alguns dos catadores entrevistados fizeram questão de pontuar que sem as entidades de apoio ninguém abriria as portas para recebe-los na prefeitura.

Alguns ainda relataram que a adesão à coleta seletiva pela população é maior quando as entidades de apoio acompanham os catadores nas visitas de conscientização ambiental.

A colaboração das entidades de apoio com os catadores possibilitou o início da organização coletiva destes trabalhadores, transformou as performances individuais e coletivas destes atores, abriu canais de diálogo desta camada da população que estava na liminaridade com as estruturas sociais e ajudou os catadores a pressionarem as instâncias do poder público a construírem políticas públicas federais que beneficiam este grupo. No âmbito local, são as leis e políticas federais que junto ao movimento local dos catadores, entidades de apoio e movimentos sociais, vêm pressionando os gestores estaduais e municipais a incorporarem ações voltadas a inclusão socioeconômica dos catadores nos planos de gestão de resíduos sólidos e nas políticas em prol da ES. Se antigamente os catadores eram vistos como um problema social, sendo empurrados para áreas cada vez mais distantes e isoladas da vida urbana, esquecidos e ignorados pelas políticas públicas e pela própria sociedade, hoje estes mesmos atores tornam-se personagens principais na discussão da gestão dos resíduos sólidos.

Apesar de ainda enfrentarem muitas dificuldades e da atividade de catação ainda aparece como falta de alternativa e não como uma escolha (Amorim, 2012; Leite, 2012; Lima, 2015; Figueiredo e Silveira, 2016), são inegáveis as conquistas dos catadores ao longo das últimas décadas. Se os frutos de processo de transformação da performance destes trabalhadores ainda parecem poucos aos olhos dos observadores, esses avanços aparecem nas falas dos catadores como extremamente significativos. De “bicho”, “bandido”, “vagabundo” ou “invisível” eles passaram a ser reconhecidos por gestores públicos, pela sociedade em geral e por eles mesmos como trabalhadores e mais que isso, como agentes de limpeza ambiental. Encontrando na estrutura um papel social de destaque em um momento em que a gestão do lixo passa a ser vista como um problema que precisa ser solucionado. Assim os catadores passam a ter acesso a direitos que antes lhes eram negados, como condições mínimas de trabalho e de vida.

Avaliamos que as conquistas realizadas pelos catadores ao longo das últimas décadas demonstram a saída progressiva destes sujeitos do espaço de liminaridade e sua inserção na estrutura social. Já Magalhães (2016), considera que a saída da liminaridade seja uma possibilidade, não algo que já tenha acontecido, ou que esteja acontecendo.

Mesmo levando em conta que nem todos os catadores tiveram acesso as melhorias nas condições de trabalho e vida até o momento e que mesmo os que tiveram alguns avanços nas suas condições de vida ainda não tem acesso a todos os direitos e reconhecimento comuns aos que fazem parte da estrutura social, é evidente que as transformações nas relações entre este grupo social e os demais atores com os quais eles se relacionam mudou consideravelmente, as relações de poder se modificaram. Os catadores deixaram de ser invisíveis porque o problema da gestão do lixo exigiu que a sociedade se voltasse para estes sujeitos que há décadas, ou mesmo uma centena de anos, desenvolvia uma atividade de importância para todo o corpo social. A interdependência entre catadores e sociedade finalmente parece ser reconhecida. Desse modo, interpretamos que os catadores conseguiram sair da liminaridade, tornaram-se visíveis e reintegrados à estrutura social, isso não quer dizer que eles estejam ocupando uma condição confortável, nem tão pouco que sua luta tenha acabado, mas, na estrutura social, que grupo está tão confortável e seguro ao ponto de poder manter-se imóvel? As disputas na arena social são constantes, e a dos catadores está apenas começando.

Referências Bibliográficas

- 34 
- Amorim, Lara S. de. (2012), “Economia solidária e catadores de materiais recicláveis em Salvador e Curitiba: políticas públicas e a enunciação de identidades no Brasil”, em *Avaliação de Políticas Públicas*, v.2, Brasil, pp.21-35. Referências: <http://www.mapp.ufc.br/images/revista_aval/edi%C3%A7%C3%B5es/Pg-21-35.pdf>
- Bauman, Richard. (2008), “A poética do Mercado Público: Gritos de Vendedores no México e em Cuba”, em *Antropologia em Primeira Mão*, No.103, Brasil, pp.1-28.
- Brandão, Igor R.; Gutiérrez, Ricardo A. (2016), “Novos regimes de políticas de resíduos sólidos na América Latina: Brasil e Argentina em perspectiva comparada”, em 40º Encontro Nacional ANPOCS, Caxambu.
- Burgos, Rosalina (2013), *Periferias urbanas: o chão dos catadores no urbano periférico*, São Paulo, Humanitas.
- CENTRAC (2016), *Catadores/as de materiais reutilizáveis & recicláveis: análise das condições de vida e trabalho nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca e Queimadas – Estado da Paraíba*. Campina Grande, Brasil, CENTRAC.
- Davis, Angela (2016), *Mulheres, raça e classe*, São Paulo, Boitempo.

- Fidelis, Reginaldo (2017), *Método para determinação do desempenho de cooperativas de reciclagem*. Tese em Engenharia de Produção, Ponta Grossa, UTFPR. Referências <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2920/1/PG_PPGEPE_D_Fidelis%20Reginaldo_2017.pdf>
- Figueiredo, Fábio F.; Silveira, Raquel M. da C. (2016) “A participação de catadores na gestão dos resíduos sólidos de Natal/RN entre os anos de 2003 e 2014”, em 40º Encontro Nacional ANPOCS, Caxambu.
- Goffman, Erving (2009), *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, Petrópolis, Vozes.
- Korom, Frank (2013) “The Anthropology of Performance: an introduction”, em Wiley-Blackwell, *The Anthropology of Performance: a reader*, pp. 1-7.
- Langdon, Esther J. (2007), “Performance e sua Diversidade como Paradigma Analítico: a contribuição da abordagem de Bauman e Briggs”, em *Antropologia em Primeira Mão*, No. 94, Brasil, pp.5-26.
- Leite, Márcia. de P. (2012), “Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo”, em Georges, Isabel P.H.; Leite, Márcia de P. (Orgs), *Novas configurações do trabalho e Economia Solidária*, São Paulo, Annablume; Fapesp, pp. 227-268.
- Leite, Márcia de P., Araújo, Ângela M.C., Lima, Jacob C. (2015), *O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação*. São Paulo: Annablume.
- Leite, Márcia de P., Wirth, Ioli G. E.; Cherfem, Carolina O. (2015), “Trabalho e resistência na Reciclagem: Movimento Social, Política Pública e Gênero”, em Leite, Márcia de P., Araújo, Ângela M.C., Lima, Jacob C. (Orgs.), *O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação*, São Paulo, Annablume, pp. 335-361.
- Leite Lopes, José Sérgio. (2006), “Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas da participação”, em *Horizontes Antropológicos*, No 25, Porto Alegre, pp. 31-64.
- Lima, Jacob C.(2007), “O Trabalho em Cooperativas: Dilemas e Perspectivas”, em Druck, Graça y Franco, Tânia (Orgs.), *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*, São Paulo, Boitempo, pp. 69-80.
- Lima, Jacob C. (2015), “Cooperativas de Reciclagem de lixo no Brasil: A autogestão da Pobreza”, em Leite, Márcia de P., Araújo, Ângela M.C., Lima, Jacob C. (Orgs.), *O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação*, São Paulo, Annablume, pp.325-333.
- Magalhães, Beatriz J. (2016), “Liminaridade e exclusão: Caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira?”, em Pereira, Cristina J. y Goes, Fernanda L (Orgs.), *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional*, Rio de Janeiro, Ipea, pp. 123-150.

- Pereira, Andreza B. (2018), *A percepção de gestores sobre a gestão de resíduos sólidos: um estudo de caso de Belo Horizonte*, Dissertação de Mestrado em Administração, Belo Horizonte, Unihorizontes. Referências < <http://www.unihorizontes.br/mestrado2/wp-content/uploads/2018/01/ANDREZA-BARBOSA-PEREIRA.pdf>>
- Rodríguez, César (2005), “À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia”, em Santos, Boaventura de S. (Org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 329-367.
- Rosaldo, Manuel (2016), “Revolution in the Garbage Dump: The Political and Economic Foundations of the Colombian Recycler Movement (1986 – 2011)”, em 40º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.
- Saffioti, Heleieth I. B. (2013), *A mulher na sociedade de classes*, São Paulo, Expressão Popular.
- Sant’ana, Diogo de; Metello, Daniela (2016), “Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios”, em Pereira, Cristina J. y Goes, Fernanda L. (Orgs.), *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional*, Rio de Janeiro, Ipea, pp. 21-46.
- Santos, Thelma F. R. dos. (2016), *Contra a maré? Economia solidária e cooperativa de catadores em meio ao capital*, Dissertação de mestrado, Campina Grande, UFCG.
- Santos, Thelma F. R. dos; Azêdo Guedes, Daniella M. B. A. (2017), “A. Organização dos catadores de materiais recicláveis no Brasil: emergência de uma nova classe social?”, em XXXI Congresso Internacional ALAS, Montevideo.
- Sardá, Maurício (2011). “Oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes): Significados e perspectivas”. In: Ipea. Mercado de Trabalho. N. 48. Ago, 2011, pp. 57-70.
- Schechner, Richard (2006). “O que é performance?”, em *Performance studies: an introduction*. New York & London, Routledge, pp. 28-51.
- Silva, Rubens A. (2005), “Entre ‘Artes’ e ‘Ciências’: a noção de performance e drama no campo das ciências sociais”, em *Horizontes Antropológicos*, No. 24, pp. 35-65.
- Silva, Luiz A. C. da.; Paiva, Irene A. de. (2014), “Experiências de autogestão: Metodologias e Práticas de Ação na formação de atores sociais”, em I Seminário Regional Nordeste da Abet, João Pessoa, Editora UFPB, pp. 329-341.
- Silva, Sandro P.; Goes, Fernanda L.; Alvarez, Albino. R. (2013), *Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil*. Brasília: IPEA.
- Singer, Paul (2002), *Introdução à Economia Solidária*, São Paulo, Perseu Abramo.
- Souza, André R. (2013), *Os laços entre igreja, governo e economia solidária*, São Carlos, Edufscar.

- Taylor, Diana (2013), “Traduzindo Performance” [Prefácio], em Dawsey, John C. et al. (Orgs.), *Antropologia e Performance: Ensaios NAPEDEA*, São Paulo, Terceiro Nome, pp. 9-16.
- Tuner, Victor (1974), *Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*, Petrópolis, Vozes.
- Tuner, Victor (1982), “Liminal ao Liminóide: brincadeira, fluxo e ritual – um ensaio sobre a simbologia comparativa” (Tradução de capítulo do livro), em *From Ritual to Theatre: The Human Seriousness of Play*, New York, PAJ Publications, pp. 1-48.
- Tuner, Victor (1987), *The Anthropology of Performance*, New York, PAJ Publications.
- Veronese, Marília; Cabral, Sueli. (2016), “A dimensão do estar-junto: sociabilidades e identidades como articuladores teóricos possíveis para pensar a tríade homem-lixo-trabalho”, em 40º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu.

Outras fontes consultadas

- À Margem do lixo (2008). Direção de Evaldo Mocarzel. Brasil, Casa Azul y Raiz Produções, Documentário (84min). Referência: <<https://www.youtube.com/watch?v=skhRBIMDEbQ>>.
- Aliança Global de catadores. Referência: <<http://globalrec.org/pt-br/>>.
- Deus nos fez irmãos (2005). Direção: João Pedro Sanet, Taciano Valério Alves. Fotografia: Breno César; João Pedro Saneto; Taciano Valério Alves. Edição: Gustavo Guimarães. Campina Grande, Brasil, Theia produções artísticas y Universidade Federal da Paraíba. Documentário (22min). DVD.
- Estamira (2005). Direção de Marcos Prado. Produção de José Padilha. Rio de Janeiro, Brasil, RioFilme. Documentário (115min). Referência: <<https://www.youtube.com/watch?v=jSZv8jO9SAU>>.
- Ilha das Flores (1989). Direção: Jorge Furtado. Brasil, Documentário (13min). Referência: <<https://www.youtube.com/watch?v=LETSDS8qm9U>>.
- Lixo Extraordinário (2010). Direção: João Jardim, Karen Harley, Lucy Walker. Fotografia: Dudu Miranda, Ernesto Hermann, Heloísa Passos. Trilha Sonora: Moby. Produção: Angus Aynsley, Hank Levine. Brasil y Reino Unido, Distribuidora Downtown Filmes; Estúdio Almega Projects y O2 Filmes. Documentário (90 min). Referência: <<https://www.youtube.com/watch?v=X-r2fQKDHjk>>.
- MNCR (2007). Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis. Referência: <<http://www.mnrc.org.br>>.
- Red LACRE. Disponível em: <<http://www.redrecicladores.net/>>.

